



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**CONTA PRETA:  
HISTÓRIAS DE VIDA DE LGBTs NEGROS**

**VITÓRIA RÉGIA GONZAGA DA SILVA**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**CONTA PRETA:**  
**HISTÓRIAS DE VIDA DE LGBTs NEGROS**

Trabalho prático submetido à Banca de  
Graduação como requisito para obtenção do  
diploma de Comunicação Social/Jornalismo.

**VITÓRIA RÉGIA GONZAGA DA SILVA**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristiane Henriques Costa

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Silvana Helena Bahia

RIO DE JANEIRO

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o Projeto Prático **Conta Preta: histórias de vida de LGBTs negros**, elaborado por VITÓRIA RÉGIA GONZAGA DA SILVA.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Henriques Costa – ECO/UFRJ (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Silvana Helena Bahia – ECO/UFRJ (Co-orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Vidal de Oliveira – IBMEC/RJ

---

Prof. Ma. Fernanda Melo da Escóssia – IBMEC/RJ

RIO DE JANEIRO

2018

### CIP - Catalogação na Publicação

d586c da Silva, Vitória Régia Gonzaga  
Conta Preta: Histórias de Vida de LGBTs negros /  
Vitória Régia Gonzaga da Silva. -- Rio de Janeiro,  
2018.  
29 f.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa.  
Coorientadora: Silvana Helena Bahia.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da  
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:  
Jornalismo, 2018.

1. Entrevista digital. 2. Interseccionalidade.  
3. LGBTs. 4. Negros. 5. Histórias de Vida. I.  
Henriques Costa, Cristiane, orient. II. Helena  
Bahia, Silvana, coorient. III. Título.



Site oficial



Alma Preta



Daniel Ttropikaox



(AMP) Carlus Campos

**Por vocês que  
foram. Por nós  
que resistimos.**

*Em memória de Marielle Franco, mulher negra bissexual e cria da favela que me ensinou que devemos ocupar todos os espaços. Seu legado continua vivo e somos as sementes da sua vida.*

*Você pode me fuzilar com palavras,  
E me retalhar com seu olhar,  
Pode me matar com seu ódio,  
Ainda assim, como ar, vou me levantar.*

*Maya Angelou*

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho as minhas ancestrais e a dona da minha cabeça, Iansã (Eparrey Oyá!). Foi a resistência, força e garra de vocês que me permitiram chegar até aqui e me fizeram entender que nunca devo esquecer de onde vim e “que eu não ando só”, como disse Bethânia. Sou filha do vento e Oyá é o furacão e a calma que me protege, me orienta e me guia.

À minha mãe Roseneide dos Santos Silva, por ser o meu maior espelho. Tudo que eu faço na vida é por você também. Eu tenho muito orgulho de ser filha de uma mulher negra, migrante e empregada doméstica. Sou filha de uma guerreira, que é a representação fiel das mulheres que levam esse país nas costas. Obrigada por ter lutado e abdicado de tanta coisa para que eu pudesse ter aquilo que sempre foi negado aos nossos, o direito à educação e a possibilidade de sonhar.

À minha família, seja a sanguínea ou a que a vida me trouxe, obrigada por todo o apoio. Eu não conseguiria persistir em uma sociedade que tenta a todo o tempo excluir os meus, sem vocês. As luzes da minha vida, Bruna Rayara e Marcela Bregion, vocês fazem o trabalho de ser irmã mais velha muito fácil. Agradeço a Victor Soriano, meu irmão de fé e alma, nosso encontro e amizade é uma das coisas mais bonitas da minha vida.

Aos amigos e amigas, Júlia Araújo, Carla Villa - Lobos, Rafael Rodrigues, Igor Moreira, Tallis Pinho, Isabela Reis, João Ker e Lívia Muniz e muitos outros, obrigada pela paciência, afeto e ajuda para que esse trabalho acontecesse. Como LGBT negra construí minha família também fora de casa e meus amigos são as pessoas que me apoiam e acima de tudo respeitam quem eu sou.

Aos meus entrevistados, Glaucia Tavares, Dandara Vital, Arlison Rosa e Bruno Collin por serem uma inspiração de resistência e luta. Em uma sociedade que invisibiliza nossos corpos, raças, sexualidades e gêneros a história de vocês me dão esperança de que eu sou porque nós somos.

Às minhas orientadoras e todas as mulheres da minha banca, pela fé no meu trabalho e por serem as professoras e profissionais que retomaram minha crença no jornalismo. Vocês me ensinaram que fazer uma comunicação diferente e não opressora, que humaniza os corpos marginalizados é possível. O que eu aprendi e levo de cada uma de vocês, fez a minha graduação e todos os obstáculos para permanecer na Universidade valer a pena.

SILVA, Vitória Régia Gonzaga. **Conta Preta: histórias de vida de LGBTs negros.**  
Orientadora: Cristiane Henriques Costa; Co-orientadora: Silvana Helena Bahia. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Projeto Prático em Jornalismo.

## RESUMO

O presente relatório técnico é referente à produção de quatro entrevistas digitais sobre a vivência de pessoas LGBTs negras no Brasil. Serão abordados aspectos teóricos da formação identitária e da vivência de pessoas LGBTs negras no país, bem como a descrição do processo técnico de produção multimídia e disponibilização do conteúdo em plataforma digital. As entrevistas, publicadas em site próprio, buscarão associar a história contada em primeira pessoa e a escuta jornalística à metodologia de histórias de vida, com o objetivo de retratar a situação desse grupo vulnerável, refletindo sobre a interseccionalidade do sujeito.

**Palavras-chave:** Entrevista digital. LGBT. Negros. Identidade. Interseccionalidade. Histórias de Vida

RIO DE JANEIRO

2018

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A INTERSECCIONALIDADE DO SUJEITO.....</b>	<b>2</b>
<b>3. LGBTs NEGROS.....</b>	<b>6</b>
<b>4. PROPOSTA DE PROJETO PRÁTICO.....</b>	<b>11</b>
4.1 Justificativa e relevância do tema.....	12
4.2 Metodologia.....	15
<b>5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO PRÁTICO.....</b>	<b>17</b>
5.1 Apuração da entrevista.....	18
5.2 Roteiro da entrevista.....	19
5.3 A entrevista digital.....	19
5.4 Comunicando na “Era dos Smartphones”.....	20
5.5 Preto e branco: o recurso técnico da expressão.....	21
5.6 Estética e africanidade: da miniatura à capa.....	23
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As identidades do sujeitos, muitas vezes foram pensadas de forma isolada, porém, o exercício nesse trabalho é de pensá-las articuladamente, tentando perceber como essas categorias definidoras, funcionam como reguladoras de vantagens e desvantagens numa sociedade desigual para as pessoas “marcadas” por mais de uma dessas categorias, por isso, a questão da interseccionalidade é um conceito crucial que estará presente ao decorrer de todo o trabalho.

Esse trabalho é o relatório de projeto *Conta Preta*, uma série de entrevistas digitais sobre a vivência, dificuldades e vitórias de 4 pessoas LGBTQs negras. Para isso, foi utilizada a metodologia de histórias de vida como o suporte das entrevistas jornalísticas para contar histórias de pessoas que não tem suas histórias nas primeiras páginas dos jornais. Neste trabalho, serão elucidadas as questões teóricas que motivaram o trabalho e também a proposta do projeto prático.

No primeiro capítulo, será analisado o objeto de pesquisa – pessoas LGBTQs negras - a partir do viés teórico da questão, especialmente de intelectuais negras e LGBTQs. Nele são estudadas as questões históricas ao entendimento de identidades e interseccionalidade do sujeito buscando entender como levam a vivências diferentes e específicas das pessoas que pertencem a grupos minoritários, a partir de autores como Simone Beauvoir, Grada Kilomba, Judith Butler, Kimberly Crenshaw e Audre Lorde.

No segundo capítulo, retomando toda a trajetória do movimento LGBTQ no Brasil, vamos entender como as identidades se estruturaram no espaço social e quais as especificidades de cada grupo pertencente ao movimento. No capítulo, será entendido como a heterossexualidade compulsória, o cissexismo e branquitude são características que afetam a vivência e a visibilidade das pessoas negras e lgbts, que por fugir da normatividade de gênero, raça e sexualidade são mais vulnerabilizadas.

Já o capítulo seguinte são abordados os aspectos técnicos relativos a proposta e elaboração do projeto prático. Nele serão elucidados como história de vida, uma metodologia da antropologia que está dentro da História Oral, e uma escuta jornalística atenta pode produzir um conteúdo que busque humanizar essas identidades que foram destituídas de humanidade pelo machismo, racismo e lgbtfobia. Também será teorizado como os entrevistas jornalísticas podem ser mecanismos da comunicação e narrativas potentes para contar histórias de pessoas que foram colocadas a margem.

No último capítulo teórico desse trabalho, será discutido as especificidades técnicas de apuração e realização das reportagens digitais, realizado como projeto experimental para conclusão do curso de jornalismo na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 2. GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A INTERSECCIONALIDADE DO SUJEITO

Simone de Beauvoir, em 1949, levantou um questionamento do que é ser mulher, que até hoje é debatido e busca ser respondido (BEAUVOIR, 2009). Em *O Segundo Sexo*, a filósofa vai contra a ideia de uma essência feminina natural para defender, em vez disso, que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, procurando na história e na cultura a explicação para as diferenças e desigualdades que separam mulheres e homens (Ibidem).

Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade, que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos [...]. A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 2009, p.15-16).

Segundo a filósofa francesa, a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. Nesse sentido, Beauvoir cunhou a categoria *Outro*, pensando em como a mulher foi construída a partir da dualidade e em referência ao homem, sendo ela classificada como o *Outro* do homem, aquela que não é ele. A relação que os homens mantêm com as mulheres seria sempre hierarquizada e de dominação. Essa categoria é antiga e não se restringe apenas ao pensarmos as mulheres, segundo a filósofa, “Os judeus são os ‘outros’ para o anti semita, os negros para os racistas norte americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classe dos proletários (BEAUVOIR, 2009, p.11).

Nas décadas seguintes, a ideia de uma identidade feminina universal foi fortemente criticada por feministas negras norte-americanas. Mas antes mesmo disso, no século XIX, Sojourner Truth, uma abolicionista africana, escritora e ativista dos direitos da mulher já

criticava o feminismo hegemônico, que universalizada as mulheres e apagava o debate racial, reivindicando um feminismo que levasse em conta essa intersecção. Em seu discurso *E eu não sou uma mulher?*, em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher, ela apresenta essas críticas:

Ninguém me ajuda a subir na carruagem, e passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! Eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! Eu não sou uma mulher? (...) O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho da sua parte não completar minha medida? (TRUTH apud RIBEIRO, 2017, p.20)

No seu discurso, Truth evidencia a problemática da universalização da categoria mulher, questão esta será debatida com mais força nas outras ondas do feminismo. Segundo a filósofa Djamila Ribeiro, o que percebemos com o discurso de Truth é que o debate sobre um olhar que leve em conta a relação de gênero e raça já vinha sendo feito por intelectuais negras desde antes do período escravocrata, “ a questão era a falta de visibilidade”. (RIBEIRO, 2017, p.21).

Enquanto Beauvoir trabalha apenas com a questão de gênero, Grada Kilomba evidencia a ausência de pensar na mulher negra enquanto categoria de análise e aprofunda a discussão sobre a categoria do *Outro*, quando afirma que mulheres negras por não serem brancas e nem homens vão ocupar um outro espaço:

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso sobre gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe onde “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997) que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “ terceiro espaço” (KILOMBA, 2012, p.56)

Nesse caso, a pensadora rompe com a universalização do homem e da mulher trazendo à tona suas especificidades, fazendo uma crítica a categorização feita por Beauvoir. “É muito importante perceber que os homens negros são vítimas do racismo e, inclusive estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Trazer a tona essas identidades passa a ser uma questão prioritária” (RIBEIRO, 2017, p. 40). Kilomba ao englobar as negras na sua análise, busca lutar

contra a invisibilidade das mulheres negras e mostrar como, nessa perspectiva, elas representam a antítese dos homens e das pessoas brancas e exerceria a função de *Outro do Outro* (Ibdem).

As mulheres apesar de compartilharem a experiência de serem oprimidas por serem mulheres, não representam um grupo homogêneo, por isso essa experiência não se dá da mesma forma para todas. Existe uma hierarquia, em que as mulheres negras estão em desvantagens com relação a mulheres brancas. Em *Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, Patricia Collins, trata de como a mulher negra ocupa um lugar de “forasteira de dentro”, porque mesmo sendo feminista e fazendo parte desse movimento, ela é vista e tratada como um “ser de fora” já que a teoria feminista não a contempla suas especificidades. Segundo Collis isso faz com que a mulher esteja em um não lugar, mas também possibilita um lugar de potência, em que ela consiga enxergar a sociedade através de uma posição social única e mais ampla. (COLLINS, 2016).

Audre Lorde, escritora, feminista negra e ativista dos direitos civis, também discute sobre esse lugar da mulher negra na sociedade e afirmou que por ocupar o lugar de mulher, negra e lésbica não há uma hierarquia de opressão. A luta contra a opressão deve ser de todos e deve abarcar todos as opressões:

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (LORDE, 2016, p.1)

O conceito de gênero foi reformulado novamente com o trabalho da filósofa norte-americana Judith Butler, que critica a distinção entre sexo e gênero e aponta para a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelas instâncias reguladoras do poder que obedece à lógica da reprodução, dando outro sentido para a teoria de Beauvoir. Segundo Eurídice Figueiredo (2018), enquanto as teorias feministas postulavam a diferença entre sexo e gênero, sendo o primeiro no sentido anatômico e o segundo sociocultural, Butler afirmava que tanto o sexo quanto o gênero são construídos socialmente, não sendo possível conceber sexo como natural:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo

sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER apud FIGUEIREDO, 2018, p. 2)

A diversidade de se perceber e discutir as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo levar em conta outras intersecções como raça, orientação sexual, identidade de gênero foi atribuído a terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler e Kimberlé Crenshaw os destaques. A literatura aponta o uso do termo interseccionalidade, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, gênero e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw.

A problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir da herança do feminismo negro, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas e alemãs. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando de forma periférica questões como classe e sexualidade.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

A interseccionalidade é uma proposta para “mapear as múltiplas fontes da identidade”, em que se entende que a intersecção de identidades forma sujeitos específicos com lugares sociais definidos e formas de ser e estar no mundo. A intersecção das categorias pode proporcionar arranjos que colocarão um indivíduos ou grupo em situações de vulnerabilidades e outros não. Essa formulação do início dos anos de 1990, desenvolvida posteriormente pela Crenshaw e outras pesquisadoras, tem hoje, uma definição mais ampla como a de Jurema Werneck:

Através da perspectiva da interseccionalidade é possível analisar e compreender como os diferentes elementos presentes em um determinado contexto, em uma determinada época podem atuar na produção de fatos, escolhas político-ideológicas, iniciativas de políticas públicas e mesmo desenvolvimento e aplicação de novidades (Werneck, 2005, p.7)

Apesar da interseccionalidade ter sido proposta por feminista negras, o conceito se expandiu para outras esferas em uma reflexão de como a intersecção de identidades produz uma diferença, que não é a soma de identidades ou opressões, mas uma posição social diferente que é produzida através da interação dessas identidade. Segundo Osmundo Pinho (2014), a interseccionalidade além de um método usado para entender a diferença, pode ser a resposta para a desigualdade:

Essas diferenças reagem e se relacionam com outras desigualdades e produzem novas alternativas políticas. Então se a gente entende que a desigualdade, a exclusão, a pobreza e a violência se produzem inter-seccionalmente através dessas combinações que existem no cotidiano, no concreto e no vivido, a gente pode pensar também que a resposta a essas desigualdades também deverão ser respostas interseccionais, que levem em consideração a formação complexa desses sujeitos sociais. (PINHO, 2014, p.129)

Assim, é impossível pesquisar em quaisquer construções de gêneros e sexualidades, a serem tratadas nos próximos capítulos, desvinculando-as da construção da racialidade no Brasil. Por isso, é preciso ter uma abordagem interseccional entre essas subjetividades identitárias considerando todos os atravessamentos sociais de contexto e evoluir histórico também como fatores de interferência e de formação desses sujeitos.

### **3. LGBTs NEGROS**

As leis coloniais brasileiras consideravam “sodomia” um pecado, que podia ser punido com morte na fogueira, até que em 1830, o Código Penal Imperial eliminou todas as referências a esta prática. No entanto, até o século XX, as leis restringiam o comportamento homossexual, através de bases legais que controlavam qualquer manifestação pública de comportamento homo-erótico ou homo-social, que a sociedade da época via como “ofensa aos bons costumes” e “indecentes” por não se conformar com construções heterossexuais (GREEN, 2000, p.276)

Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal segundo a legislação brasileira, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar o comportamento de todos que “transgredissem as normas sexuais aprovadas

socialmente” (GREEN, 2014, p 277), o que levou ao encarceramento arbitrário de homossexuais pela polícia nessa época.

As notícias do surgimento do movimento de libertação LGBT em 1969, após o episódio conhecido como Rebelião de Stonewall, que foi uma resposta às ações arbitrárias da polícia, que promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays de Nova Iorque<sup>1</sup>, chegaram à América Latina no começo dos anos 70 e incentivaram a formação de grupos na região. No Brasil, o movimento homossexual, como era chamado na época, tem seu surgimento em meio a ditadura civil - militar, no final dos anos 1970. As publicações alternativas LGBTs, como os jornais *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana*, foram importantes para o desenvolvimento desse movimento social na época e inspiraram a formação em São Paulo do Grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual – a primeira organização política de gays e lésbicas duradoura no país (FACCHINI, 2012).

O movimento homossexual brasileiro era composto de forma mista, sendo formado por homens e mulheres que sentiam atração romântica e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero. Segundo o pesquisador Osmundo Pinho, a norma heterossexista que está relacionada a presunção da heterossexualidade, que diz que “comportamento homossexual é um desvio, uma anomalia, um acidente” (PINHO, 2004, p.128) e acredita em um paradigma familista construído e representado por uma família composta por um pai, mãe e filhos. Outra ideologia que está relacionada, segundo o autor, é a brancura ou branquidade como norma, o que afasta ainda mais homens negros gays dessas ideologias e modelos de adequação entre o sujeitos e o seu meio ambiente.

É importante a gente pensar como o movimento social negro acabou por produzir um certo masculinismo negro como a pré-suposição de uma identidade negra que é masculina, que exclui a mulher, que exclui o homossexual. Do mesmo modo também que as comunidades gays, homossexuais, produziram uma determinada brancura ou a branquidade gay como a norma estética. E mais, um lugar de poder, uma posição de sujeito branco, que é determinante para as interações sexuais e para o gerenciamento do desejo nos mundos homossexuais. (PINHO, 2004, p.130)

Na década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990, as mulheres lésbicas fizeram vários esforços para demarcar e afirmar a sua identidade dentro o e movimentos

---

<sup>1</sup> FERRAZ.Thais. LGBT: A História do Movimento. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

homossexual brasileiro (ALMEIDA e HEILBORN, 2012). As lésbicas apesar de ter uma agenda de demandas e reivindicações comum a dos homens gays, também tinha suas especificidades e começavam a pontuar isso. Foi a partir desse movimento de afirmação e resistência dentro do movimento homossexual que os grupos lésbicos contemporâneos surgiram.

A partir da segunda metade dos anos 1990, segundo Regina Facchini, houve um fortalecimento da participação de mulheres lésbicas nos grupos mistos e um surgimento de novos grupos e lideranças. Assim, o movimento que até a época aparece descrito predominantemente como movimento homossexual brasileiro - MHB, depois de 1993, fica conhecido como movimento de gays e lésbicas - MGL (FACCHINI, 2012).

Assim como as mulheres e homens, as lésbicas não formam um grupo homogêneo, podendo ser atravessadas por outras identidades, como a racial. A intelectual negra Audre Lorde, que é uma mulher negra e lésbica, tratou de como não se sentia pertencente completamente as duas comunidades e como não poderia escolher uma identidade ou lutar contra uma opressão apenas:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. (LORDE, 1983, p.1)

Segundo Almeida e Heilborn (2012), às mulheres negras ainda buscam legitimidade no movimento de lésbicas. Em relação a esse grupo, as autoras observaram que existem dois modelos em que a questão racial interfere diretamente na vida das mulheres negras e lésbicas, principalmente no que se refere a papéis de gênero e sexuais. O primeiro seriam as mulheres com uma “gramática sexual feminina” e no segundo com uma “gramática sexual masculina”, que são afetadas por estereótipos ligados a sexualidade da mulher negra:

Em diferentes ocasiões, no contexto das discussões em torno da prevenção de DSTs/Aids entre lésbicas, foi descrita uma grande dificuldade das negras e pardas em lidar socialmente com os estereótipos sexuais que envolvem a mulher negra. Um elemento marcante das trajetórias como “mulher-negra-lésbica” referiu-se às expectativas em torno do desempenho sexual. Ser mulher negra significaria inerentemente uma intensa e constante atividade sexual, a ostentação de uma estética corporal (pouca roupa) e a habilidade de dançar

samba e funk. Por outro lado, ser “mulher-negra-lésbica” e não incorporar os atributos do gênero feminino significaria necessariamente o oposto, a hipérbole dos atributos masculinos, a “fancha negra”. Desvios desse padrão seriam potencialmente percebidos com perplexidade (OLIVEIRA e HEILBORN, 2012, p.244)

A identidade bissexual foi reivindicada publicamente pela primeira vez no início dos anos 70, para promover a visibilidade e a aceitação das pessoas bissexuais nos EUA, quando vários grupos de socialização e ativismo político bissexual foram criados buscando a contestação dos estereótipos sexuais, o combate contra a opressão, a criação de espaços sociais e a luta para reconhecimento na comunidade gay e lésbica (LEWIS, 2012). No Brasil somente em 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, foi aprovado o uso de GLBT, incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento (FACCHINI, 2012).

Bissexuais é um termo guarda chuva para definir a orientação afetiva-sexual em que a pessoa sente atração tanto por pessoas do mesmo gênero quanto de gênero oposto<sup>2</sup> Segundo Lewis (2012), uma das violências e opressões contra esse grupo é o apagamento e os preconceitos relacionados a essa identidade.

O apagamento da bissexualidade acontece de três maneiras principais: a negação total da existência da bissexualidade, a noção de que a bissexualidade é só uma fase e a insistência em classificar as pessoas ou como heterossexuais ou como homossexuais. Para Facchini (2009), a insistência em categorizar as pessoas que fazem performances identitárias bissexuais como heterossexuais ou como homossexuais vem do fato de a bissexualidade negar a fronteira que supostamente separa os/as “homossexuais” dos/as “heterossexuais” e colocar em questão “a própria noção de uma identidade homossexual que, para muitas pessoas, representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificação e muitas vezes ‘assumido’ a duras penas (LEWIS, 2009, p.6)

A bissexualidade é uma identidade muito sexualizada, principalmente quando se refere a mulheres bissexuais. A identidade também luta ainda hoje para ser reconhecida enquanto sexualidade válida e completa. Quando analisamos pessoas bissexuais e negras, esses estereótipos ligados a promiscuidade, hipersexualização e negação da identidade se ampliam,

---

<sup>2</sup> O GLOBO. Corpo: artigo indefinido. Disponível em: <<http://app.cadernosglobo.com.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

“a vivência como mulher negra se parece muito com a vivência bissexual. Enfrentamos as mesmas coisas: a hiperssexualização, o apagamento, a estereotipação, o preconceito e principalmente, a negação ao afeto” (VIANA, 2018, p.1)<sup>3</sup>.

Em 2005, outra identidade também foi oficialmente reconhecida e incorporada ao movimento de gays e lésbicas, o “T” que refere-se a travestis, transexuais e transgêneros passou a fazer parte da sigla. Em 2008, uma nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT e aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, em uma tentativa de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2012).

Segundo Jesus e Alves (2012), o movimento social composto pela população transgênero tem se tornado cada vez mais visível ultimamente por meio de manifestações públicas, tendo as redes sociais um papel importante na construção de uma teoria que leve em conta esse grupo. Pessoas transgêneras, nesse contexto, referem-se às pessoas cuja identidade de gênero não coincide com aquela designada ao nascimento e é um termo guarda-chuva que inclui transexuais, travestis e todo espectro não-binário.<sup>4</sup> A opressão e violência contra pessoas trans, descrito por Alves (2011) através do termo “cissexismo”, como forma de designar, através da junção de um prefixo “cis” à base “sexista”, seria a desconsideração e apagamento das pessoas trans na sociedade na medida em que as identidades e corporeidades transgêneras são tidas como menos legítimas ou mesmo inteligíveis em comparação às cisgêneras. O termo “cisgênero” ou “cisgeneridade” emerge nesse discurso como uma forma de marcar a diferença em relação à “transgênero” ou “transgeneridade (Ibidem).

Nesse sentido, uma pessoa transgênera com identidade feminina não é vista enquanto um ser humano dotado de todas as demais características que formam um sujeito racional e universal “pelo motivo de que ora se trata de uma pura consciência desprovida de corpo - transexual - ora de corpo enquanto corpo sem consciência, transformado em carne - travesti” (BAGAGLI, 2016, p.98).

Assim como as identidades sexuais, as identidades de gênero são compostas por um grupo plural de indivíduos, sendo as mulheres trans e travestis negras na base da pirâmide de opressão, por terem sua identidade de gênero negadas, sua existência marginalizadas e por já carregarem a opressão do machismo:

---

<sup>3</sup> VIANA. Isabella. A dupla negação do afeto: negritude, bissexualidade e desumanização. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/a-dupla-negacao-do-afeto-negritude-bissexualidade-e-desumanizacao>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

<sup>4</sup> O GLOBO. Corpo: artigo indefinido. Disponível em: <<http://app.cadernosglobo.com.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

Entendendo que a identidade travesti e latino-americana, a leitura social quanto a questões socioeconômicas e, sem dúvida, importantíssima, para que o nosso meio nos dê em quais merecem ser transexuais, assim atribuindo um cunho higienizador ao termo e selecionando quais são travestis: as que têm sua existência relacionadas ao sujo, a prostituição e marginalização como um todo. Mulheres negras que não se identificam com a designação de homem no seu nascimento, quase sempre serão lidas como travestis porque a identidade transexual nesse momento, só é atribuída a mulheres brancas, de classe média que não precisam recorrer a prostituição para continuarem se mantendo vivas (ARAUJO, 2015. p.1)<sup>5</sup>

Recortar a interseccionalidade racial dentro de cada sigla do movimento permite analisar as construções de demandas e posicionamentos sociopolíticos de cada LGBT negro, o que, por consequência permite também a apreensão de que essa população é, além de marginalizada, colocada em um não lugar de vulnerabilidade, estereótipos e invisibilidade dentro de um movimento consolidado a partir da branquitude.

#### **4. PROPOSTA DE PROJETO PRÁTICO**

O Projeto Experimental aqui defendido reúne uma série de quatro entrevistas digitais, conhecidas como *Conta Preta* e publicadas na plataforma *Medium*, que abordam questões relativas às vivências de pessoas LGBTs negras. Os personagens serão representantes de cada uma das letras da sigla e por meio de entrevistas conduzidas a partir da metodologia de histórias de vida, foi evidenciado um panorama da vida de pessoas LGBTs negras no Brasil, de forma a colocar o sujeito em primeira pessoa, abordando as interseccionalidades de suas construções identitárias. Os questionamentos centrais de elaboração do trabalho são os atravessamentos identitários como fator de influência sobre a vivência do sujeito e se a abordagem jornalística diante do tema pode ter maior aproveitamento narrativo através da metodologia proposta.

##### **4.1 Justificativa e relevância do tema**

Com a invisibilização de seus corpos, sexualidades e gêneros, LGBTs negros não possuem um espaço social definido. A literatura que embasa a pesquisa permite comprovar que

---

<sup>5</sup> ARAÚJO, Maria Clara. Mulher trans negra e o feminismo. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/05/22/mulher-trans-negra-e-feminismo/>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

a formação identitária desse sujeito é complexa e marginal. Por isso, a ideia do projeto prático é justamente pesquisar não só as origens mas também qual e como é esse não lugar social, através do deslocamento dos sujeitos mencionados para o local de narradores de suas histórias de vida. Além disso, a ausência de dados oficiais associada à consequente necessidade de embasar narrativas na produção midiática denota a importância de um jornalismo focado em construir uma narrativa que coloque esses indivíduos em primeiras pessoas, como protagonistas de suas próprias histórias e não mais como objetos.

Os dados disponíveis corroboram para o fato de que a violência tem gênero, raça e sexualidade. A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios, de acordo com informações do Atlas da Violência 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSP)<sup>1.6</sup>. Homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, segundo informações do Atlas. E os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, sendo que de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.

O assassinato de mulheres por sua condição de gênero, isto é, o feminicídio, também tem cor no Brasil e atinge principalmente as mulheres negras. Entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras assassinadas cresceu 54%, enquanto o índice de feminicídios de brancas caiu 10% no mesmo período de tempo. Os dados são do Mapa da Violência 2015<sup>7</sup>, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais. As mulheres negras também são mais vitimadas pela violência doméstica: 58,68%, de acordo com informações do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, de 2015. Elas também são mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fiocruz.

Segundo o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQs, com 340 mortes em 2016<sup>8</sup>. De acordo com dados

---

<sup>6</sup> Atlas da Violência 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30411&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411&Itemid=432)>. Acesso em: 23 de maio de 2018

<sup>7</sup> Mapa da Violência 2015. Disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 23 de maio de 2018

<sup>8</sup> State-Sponsored Homophobia. Disponível em: <<https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

do Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia no país<sup>9</sup> No ano passado, 445 pessoas foram assassinadas no Brasil, registrando um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em 2017 em relação ao ano anterior. Somente nos quatro primeiros meses deste ano, 153 pessoas LGBTs foram assassinadas no país, segundo o GGB.

Um dos casos mais recentes é da artista, estudante, negra e não binária<sup>10</sup> Matheusa Passareli, assassinada depois de deixar uma festa no Morro do Dezoito, na zona norte do Rio de Janeiro. O crime está sob investigação, mas a delegada do caso afirmou que Matheusa foi 'julgada' antes de ser morta por traficantes<sup>11</sup>. Outro caso que ainda está em investigação, é o da vereadora Marielle Franco. Mulher negra, bissexual, favelada e cria da Maré, Marielle foi assassinada com quatro tiros na cabeça no bairro do Estácio, na Região Central do Rio de Janeiro, quando voltava do evento "Jovens Negras Movendo as Estruturas" na Lapa.<sup>12</sup>

Soma-se aos casos de violência contra LGBTs negros não solucionados, o caso de Diego Vieira Machado, homem gay, negro, nortista e bolsista que foi assassinado no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) há quase dois anos. Seu corpo foi deixado às margens da Baía de Guanabara, nu da cintura para baixo, sem documentos e com sinais de espancamento e um golpe na cabeça.

Negra, lésbica e moradora da periferia, Luana Barbosa também entrou para as estatísticas de LGBTfobia ao ser morta após um espancamento cometido por policiais militares em 2016, em Ribeirão Preto (SP). Sua morte, em abril de 2016, ocorreu em decorrência de um espancamento cometido por policiais militares na periferia de Ribeirão Preto São Paulo). Luana ficou entre a vida e a morte durante cinco dias, enquanto esteve internada na Unidade de Terapia

---

<sup>9</sup> Pessoas LGBT mortas no Brasil. Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

<sup>10</sup> Termo equivalente no Brasil a genderqueer, do inglês. Segundo o Centro de Pesquisa em Equidade de Gênero da Universidade da Califórnia refere se a “pessoas cuja identidade de gênero não é homem nem mulher, está entre os gêneros ou além, ou é uma combinação dos gêneros.”

<sup>11</sup> FREIRE, Felipe; TELES, Lilia. Estudante Matheusa foi 'julgada' antes de ser morta por traficantes, diz delegada. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/estudante-matheusa-foi-julgada-antes-de-ser-morta-por-trafficantes-diz-delegada.ghtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

<sup>12</sup> FABIO, Andre Cabette. Como estão as investigações da polícia sobre o caso Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/06/01/Como-est%C3%A3o-as-investiga%C3%A7%C3%B5es-da-pol%C3%ADcia-sobre-o-caso-Marielle-Franco>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

Intensiva (UTI) de um hospital da região. Em 2018 a polícia concluiu que houve lesão corporal seguida de morte.<sup>13</sup>

Em 2017, Dandara dos Santos, de 42 anos, foi assassinada de maneira violenta por cinco homens na cidade de Fortaleza, no Ceará. Em um vídeo compartilhado nas redes sociais por um dos agressores, a travesti aparece sendo espancada com tapas, chutes, além de receber pauladas por todo o corpo. Um ano depois, o Promotor de Justiça Marcus Renan Palácio, da 1ª Promotoria do Júri, afirma que os réus irão a júri popular.<sup>14</sup>

Após a grande repercussão pela sua morte, Dandara deu nome a um projeto de lei que propõe transformar o assassinato de pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em crime hediondo, ou seja, inafiançável e insuscetível de graça, anistia ou indulto. De autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT), o Projeto de Lei nº 7292/2017 está em tramitação e segue pronto para Pauta na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).<sup>15</sup>

Os LGBTs não são vulnerabilizados apenas em questão de violência, mas o grupo sofre também a dificuldade de acesso a políticas públicas adequadas às necessidades específicas dessa população. Um levantamento feito pela plataforma de pesquisa e checagem, *Aos Fatos*, em parceria com o *UOL* revelou que o governo do presidente Michel Temer zerou em 2017 os já escassos repasses federais para programas específicos de defesa da comunidade LGBT.<sup>16</sup> Os registros dos sistemas de acompanhamento orçamentário Portal da Transparência e Siga Brasil demonstram que os investimentos federais para ações específicas como combate à homofobia caíram de R\$ 3.061.540,13 em 2008 para R\$ 518.565,23 em 2016 (os valores foram ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Historicamente vinculados a ministérios como Direitos Humanos, Justiça e Cultura, os projetos têm sido cortados pelo governo federal desde 2015 e foram extintos em 2017.

---

<sup>13</sup> MAGGIE, Yvonne. Um ano do brutal assassinato de um estudante no campus da UFRJ. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/um-ano-do-brutal-assassinato-de-um-estudante-no-campus-da-ufrj.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

<sup>14</sup> Um ano após assassinato da travesti Dandara, cinco réus vão a júri popular no CE. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-02-16/dandara-travesti-reus-juri.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

<sup>15</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 7292/2017. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

<sup>16</sup> NALON, Tai. Governo Temer reduz a zero repasse a políticas contra homofobia; Planalto diz investir em campanha. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2017/02/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-publicas-contr-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2018

Segundo Gean Oliveira, no jornalismo, percebe-se que pessoas LGBTQs aparecem somente nos veículos em episódios noticiosos sobre agressões, nas pautas sobre legalização do casamento igualitário, no debate sobre educação de gênero na escola, na cobertura das Paradas do Orgulho e pelo viés do consumo e do turismo (OLIVEIRA, 2017). Assim, a posição social das pessoas LGBTQs está sempre vinculada à luta por direitos e pela situação de violência e não é facilmente encontrável a construção de olhares que vão para além desse senso comum, desafiando a cis-heteronormatividade hegemônica.

Assim, esse relatório técnico e as reportagens se propõe a gerar questionamentos acerca das representações de identidades de gênero, de raça e de sexualidades, possibilitando que essas representações ocupem outros lugares narrativos que não o do senso comum, através do viés de marginalidade e de fragilidade diante de episódios constantes de racismo e LGBTQfobia, possibilitando que as representações de identidades de gênero, raciais e sexuais ocupem outros lugares narrativos.

#### **4.2 Metodologia: História Oral, escuta e histórias de vida**

Durante a realização do trabalho houve a escolha da História Oral como uma opção epistemológica para a investigação. O principal interesse da pesquisa é a valorização e a recuperação das maneiras diversas de viver a história, possibilitadas pelo testemunho oral. Essa opção metodológica oferece outras possibilidades sobre a história, “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original dos pontos de vista” (THOMPSON, 1992).

A História Oral é construída sobre pessoas comuns, e não apenas sobre líderes ou políticos, considerando que todos os integrantes da população são passíveis de serem transformados de objetos de estudo a sujeitos da história. Segundo Thompson (1992), a história oral traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Assim, seria também vinculada à história dos excluídos, de movimentos sociais populares e de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas e permite que sejam recuperados a história e o protagonismo dessas pessoas através da escuta dos sujeitos entrevistados, que geralmente são desconhecidos ou menosprezados.

A filósofa Sueli Carneiro (2005) denomina de “epistemicídio” o processo de desvalorização e ocultamento da contribuição de negras e negros no campo intelectual, um processo que se configuraria “por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das

contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar” (CARNEIRO, 2005). O epistemicídio seria então uma forma de extermínio simbólico da cognição do negro, um mecanismo de desumanização que busca reforçar uma noção social de que pessoas negras não tem capacidade de pensar e raciocinar. Assim, a História Oral foi escolhida como orientação das entrevistas de história de vida, que, tendo “como centro de interesse o próprio indivíduo na história” (ALBERTI, 1989), é um instrumento que proporciona um mergulho na vida cotidiana das pessoas e permite verificar como os entrevistados construíram suas identidades a partir de referências de gênero, raça e sexualidade.

As contribuições mais significativas quanto a constituição da história de vida como método surgem com a chamada Escola de Chicago, mas foi na década de 1960, que tornaram-se frequentes também as "entrevistas de história de vida" com membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo. "Essa fase foi conhecida como da História Oral ‘militante’, praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para ‘dar voz’ às minorias e possibilitar a existência de uma História ‘vinda de baixo’” (ALBERTI, 1989).

É importante ressaltar que as histórias de vida podem consistir não só na história completa de uma vida mas também em um acontecimento específico vivido ou vivenciado pelo sujeito. Assim, não é necessária a comprovação de autenticidade dos fatos, pois o mais importante para o método é o ponto de vista expresso sobre as experiências do próprio sujeito e a escuta comprometida, engajada e participativa do pesquisador. Esse exercício de escuta é parte da técnica de entrevista, que ao valorizar respostas em detrimento de perguntas, revela interesse do pesquisador/repórter pelo modo de ser e de dizer de seus personagens, ecoando a vozes subalternizadas e rompendo o paradigma convencional de atrelar-se somente a fontes oficiais, desconsiderando a visão de fontes não oficiais e do povo.

A postura humanizada de um jornalismo contemporâneo da escuta é, segundo Eliane Brum (2008), não induzir as pessoas a dizer o que se gostaria, mas deixar-se surpreender por ouvir algo que não era esperado, uma vez que escutar seria tempo de espera e de reflexão. “Como repórter - e como gente - eu sempre achei que mais importante do que saber perguntar era saber ouvir a resposta” (BRUM, 2008). E nessa relação de cumplicidade e escuta entre pesquisadores e sujeitos pesquisados encontra-se a possibilidade, daquele que narra sua história, de experimentar uma resignificação de seu percurso e de dar continuação à construção de um sentido frente a este relato.

O registro das histórias de vida dos sujeitos, para além de focalizar suas memórias pessoais, constrói também uma visão mais concreta do funcionamento e da constituição do grupo social ao qual pertencem. Segundo Michael Pollak (1992), a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade tanto coletiva quanto individual, na medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Isso, segundo o autor, evidenciaria as subjetividades e identidades dos sujeitos, permitindo interagir com suas afinidades bem como com suas singularidades e diferenças dentro do grupo e em relação aos demais grupos. Essa é uma característica interessante da metodologia da História Oral: a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado.

Toda essa reflexão sobre História Oral, escuta e histórias de vida é fundamental para o discernir da pesquisa, porque fornece orientação metodológica no trato das fontes, das entrevistas de pessoas negras LGBTQs que são protagonistas de sua própria história e experienciam e ressignificam cotidianamente o espaço de exclusão em resistência e luta.

## **5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO PRÁTICO**

Nesse capítulo serão reportados os aspectos técnicos da produção jornalística, associada à metodologia de histórias de vida, do projeto prático aqui defendido. As entrevistas foram realizadas presencialmente com quatro LGBTQs negros, em quatro dias diferentes. Foram cerca de cinco horas de material bruto de gravação e quatro dias de decupagem. Além disso, foram gravados mini-vídeos para ilustrar os conteúdos. As matérias também tiveram o complemento de conteúdo digital – como fotos e vídeos – disponibilizados pelos próprios personagens .

### **5.1 Apuração da entrevista jornalística**

O tipo de reportagem escolhido para contar as histórias das pessoas LGBTQs negras entrevistadas foi a entrevista, em uma tentativa de evidenciar a trajetória e vivência dessas pessoas por meio de um olhar interseccional de suas identidades. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, no Rio de Janeiro, de outubro de 2017 a maio de 2018, onde a partir da metodologia da história de vida e da escuta engajada foram realizados quatro entrevistas jornalísticas publicados em uma plataforma digital sob a publicação *Conta Preta*. O

nome faz referência a necessidade de pessoas negras contarem suas próprias histórias e da relação da pesquisadora com o tema. A escolha dos entrevistados, um representante de cada sigla, deu-se levando em conta identidades poucos visíveis, como e o caso de homens bissexuais e travestis, e a pluralidade de características como idades, moradias, profissão e trajetória.

As fotos foram editadas pelo photoshop e os vídeos foram editados pelo programa Premiere. Nessa etapa do projeto, contei com a ajuda de Victor Soriano, jornalista formado pela ECO para editar as fotos e vídeos e criar a logo do *Medium*.

Os personagens escolhidos para cada entrevista jornalística foram:

- Glaucia Tavares, tem 27 anos, é uma mulher negra e lésbica e estudante de psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Glaucia atua como DJ nas baladas, principalmente LGBTs no Rio de Janeiro, e é ativa nos movimentos sociais;
- Arlison Rosa tem 18 anos, é formado em audiovisual e faz teatro. É um homem gay e negro. Faz parte do Entre Lugares, projeto de cultura e memória de território da Maré, lugar onde vive. É ator, faz contrarregragem e camarim e toca percussão. Mora na Vila dos Pinheiros com sua mãe Lidiane e sua irmã, é o segundo de três irmãos. Assumiu-se aos 12 anos e hoje estuda gestão financeira. Recebeu o prêmio de melhor ator no Festival de Teatro Universitário 2016. O teatro é, para ele, uma expressão política de resistência;
- Bruno Collin, tem 22 anos e é graduando de química na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É um homem negro e bissexual. É candomblecista e militante do movimento LGBT. Faz parte do Coletivo Bi-sides e recentemente organizou o mês da visibilidade bissexual no Rio de Janeiro;
- Dandara Vital, tem 37 anos é uma travesti negra que atua como produtora do Castelinho do Flamengo. Dandara também trabalha na produção do programa *Espelho* de Lázaro Ramos e já fez participação em novelas como *A Força do Querer*. Ela já atuou na prostituição por 3 anos após ter sido expulsa de casa e atualmente apresenta a peça *Dandara através do Espelho* em que conta sobre sua trajetória.

## 5.2 Roteiro da entrevista

A entrevista foi realizada presencialmente, como exercício de escuta com o entrevistado as perguntas não necessariamente se limitarem a essas, mas a base das perguntas foi:

- 1) Você pode se apresentar?
- 2) Como foi sua infância?
- 3) Sua família era politizada sobre a questão racial?
- 4) Quando você entendeu que era uma pessoa negra?
- 5) Como você se descobriu LGBT?
- 6) Como foi se assumir e contar para a família?
- 7) Como os estereótipos a cerca da sua sexualidade/identidade de gênero te afetam?
- 8) Como é ser um LGBT negro?

### 5.3 Entrevista digital

O espaço digital foi escolhido como meio de publicação das entrevistas, sendo o *Medium* a plataforma escolhida para a criação da publicação – termo utilizado para designar um espaço próprio dentro da plataforma - *Conta Preta* que contou com as quatro entrevistas. O Medium é uma plataforma de publicação de blog fundada pelo co-fundador do Twitter, Evan Williams, em agosto de 2012. Segundo o Williams “O Medium se tornou um lugar para troca de ideias, onde pensadores, criadores e pessoas com histórias para contar encontram seu público, emocionam pessoas e nos incentivam a seguir em frente”<sup>17</sup>

### 5.4 Comunicando na “Era dos Smartphones”

A Ascensão das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, associada à remodelação do fazer jornalístico tradicional, que vai desde a diminuição das redações e do sucateamento do profissional de jornalismo até a ascensão das chamadas mídias independentes<sup>-18</sup>, exigiu novas formas de produzir conteúdos narrativos. Segundo a empresa de telecomunicações Cisco, através de seu Índice Visual Networking Cisco, “em 2020 o tráfego de vídeos na Internet representará 82% de todo o tráfego realizado por consumidores”<sup>.19</sup>

---

<sup>17</sup> O guia definitivo sobre o Medium. Disponível em: <<https://medium.com/brasil/o-guia-definitivo-sobre-o-medium-4e417fae0143>>. acesso em: 01 de junho.

<sup>18</sup> MARQUES, André Reguero. As NTICs e o jornalismo : as mudanças na produção da notícia e na rotina do profissional jornalista. UFPR, 2008.

<sup>19</sup> VANNI, Felipe. A comunicação eficaz da Era Smartphone. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/artigos/video-a-comunicacao-eficaz-da-era-smartphone,123975.jhtml>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

Assim, neste trabalho, foi incorporado um formato de informação híbrida, que atenda a diferentes perfis de consumidores de informação. Não só entre o texto escrito e as imagens estáticas, optou-se pela escolha do vídeo como uma das formas de expressar conteúdo de histórias de vida. Os excertos selecionados pretendem ofertar conteúdo diferenciado do que se pode encontrar no texto, ainda que dentro da mesma temática e intencionando os mesmos objetivos, o que é conhecido em áreas específicas da comunicação como multimídia<sup>20</sup>.

Como em outros discursos sobre o real, o documentário pretende descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva. Essa é a principal característica que aproxima o documentário da prática jornalística. As informações obtidas por meio do documentário ou da reportagem são tomadas como "lugar de revelação" e de acesso à verdade sobre determinado fato, lugar ou pessoa. (...) ao nos depararmos com um documentário ou matéria jornalística, esperamos encontrar as explicações lógicas para determinado acontecimento. (DE MELO, Cristina T. V., 2002)

Além disso vídeo em linguagem documental tem o potencial de transmitir o que as fotografias e os textos não conseguem transmitir da mesma forma: as emoções reais e momentâneas do entrevistado. O jeito de falar, como gesticulam e momentos de voz trêmula, podem ser captadas e enriquecem não só a metodologia escolhida mas também conferem humanidade a um jornalismo descredibilizado em época de polaridades narrativas.

### **5.5 Preto e branco: o recurso estético da expressão**

Faculdades de comunicação e jornalismo que ministram disciplinas relacionadas a fotojornalismo sempre tematizam o trabalho fotojornalístico de Sebastião Salgado, principalmente a partir de trabalhos como Gênesis e Trabalhadores. Em entrevista para o G1, realizada em 2013 para a divulgação da exposição “Gênesis”, realizada no rio, Salgado comentou sobre passar a ver as coisas em preto e branco.<sup>21</sup> Segundo o fotógrafo, nada no mundo seria preto e branco e a transformação de todas as cores visíveis em gamas de cinza, permitiam-

---

<sup>20</sup> PURVIS, Dan. Understanding Different Types of Multimedia Content. Disponível em: <<https://www.commsaxis.com/understanding-multimedia-content-types/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

<sup>21</sup> BULCÃO, Luis. Sebastião Salgado explica o planeta em branco e preto que traz ao Rio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/05/sebastiao-salgado-explica-o-planeta-em-branco-e-preto-que-traz-ao-rio.html>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

no “uma abstração total da cor” e se “concentrar no ponto de interesse” que o fotógrafo tinha na fotografia.

A justificativa pela escolha da fotografia em tons de cinza, tal como em sua origem heliográfica de revelação da imagem captada pela câmera de Nièpce em 1826<sup>22</sup>, é não só um recurso estético, mas um recurso comunicativo. Isso porque a fotografia em tons de cinza reconhece em si a expressividade necessária para ilustrar o fazer jornalístico focado na metodologia de histórias de vida, motivando assim a escolha das ilustrações das vidas narradas pelo trabalho.

Os contrastes proporcionados pela oposição preto e branco podem ser considerados como analogias sociais de uma sociedade que, contrariando o olhar fotográfico de Sebastião Salgado ao dizer que nada no mundo é preto e branco, tem o racismo como fator fundante e a nomeação do que é preto e do que é branco como parâmetro para desigualdade. Desigualdade constantemente registrada por outras duas referências negras do trabalho aqui defendido: Zanele Muholi e Gordon Parks.

Zanele Muholi é uma fotógrafa documental sul-africana que fez a série *Faces and phases*, de 2006, registrando o cotidiano de mulheres lésbicas e de mulheres trans na África do Sul. Ela foi responsável também pela criação da plataforma Inkanyiso, para divulgar o trabalho artístico de pessoas LGBTs negras. Suas fotos retratam não só cenas comportamentais e afeto, mas também denunciam as violências e opressões sofridas por essa população.

A fotógrafa – que já disse em várias entrevistas enxergar a arte como algo político – reitera a importância da escrita, no sentido figurado da palavra, e perpetuação da história através daqueles que a vivenciaram e verdadeiramente a conhecem. Contra a homogeneidade de representações quase sempre sofridas ou estereotipadas e equivocadas da comunidade LGBTI, “Fases e Faces” é uma série de retratos simples, profundos e sensíveis – fotografados e reunidos por Muholi durante alguns anos por todo o mundo – de mulheres negras e lésbicas, como a própria artista, e pessoas trans. (DE MELO, Isabela. 2017)

---

<sup>22</sup> FOTOCENTRO. Fotografia Preto e Branco – História, Técnicas e Dicas. Disponível em: <<https://fotocentro.com.br/fotografia-preto-e-branco-historia-tecnicas-e-dicas/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

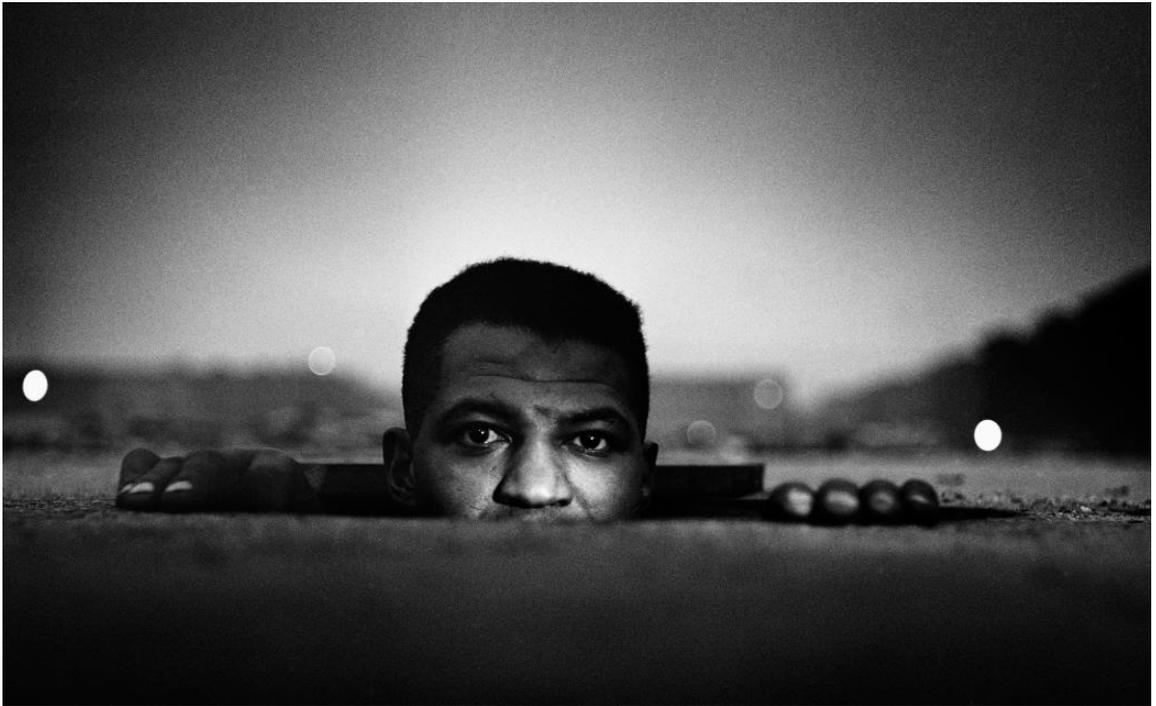
**IMAGEM 1** – Reprodução de uma das fotos da série *Faces and Phases*, Zanele Muholi, 2006.



Gordon Parks foi um fotógrafo negro norte-americano que registrou e questionou a construção social da racialidade na sociedade americana do século XX. Seu trabalho, que muitas vezes utilizava o preto e branco como recurso, tinha como referência Ralph Ellison, autor do romance *O Homem Invisível*, e pautava a vida dos trabalhadores negros, a história da segregação e a Lei dos Direitos Civis dos anos 1960, com uma série focada na vivência familiar dos Thornton, escolhidos como uma metáfora para toda a estruturação segregacionista.

A iniquidade social (não apenas racial) sempre serviu de motor para Gordon Parks tocar a vida e contaminar sua obra. Só que ele tentou desmontar a discriminação e o preconceito que conheceu desde a infância enfatizando as semelhanças entre todos nós. Através de sua obra fotográfica, procurou demonstrar que existe um elo humano a nos conectar, brancos ou negros. (DORRIT, Harazin, 2014)

**IMAGEM 2** – Reprodução de *O homem que emerge*, Harlem, Nova York, 1952 ©Gordon Parks Foundation



A fotografia em tons de cinza é um lugar da arte onde o preto e branco trabalham em um processo e em um produto colaborativos da arte. Um fazer artístico em que o preto não é apenas “a cor da faxina”, conforme conceituou a filósofa Vilma Piedade<sup>23</sup>, mas é uma das faixas de uma diversidade de cinzas expressivos. Na fotografia em preto e branco, tudo é elegante, as sombras chamam atenção e deixam de ser necessariamente associadas a sujeira ou obscurantismo.

### **5.6 Estética e africanidade: da miniatura à capa**

A ideia desenvolvida tanto na miniatura quanto na capa do projeto no Medium se fundamentam na teoria do novo design africano. Contrapondo-se à proposta tradicional do design, a ideia foi pegar referências de designers africanos como Cyrus Kabiru, Kai Krause, Tahir Carl Karmali, Dennis Muraguri, Tonney Mugo e o design crítico de Gonçalo Mabunda para produzir uma identificação rápida com o afro-futurismo. Conta Preta, lembrando as miçangas que compõem o fio de contas do candomblé, pretende associar afrofuturismo a

---

<sup>23</sup> PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. Editora Nós. São Paulo. 2017

religiosidade. O resultado pretendido é um produto maker, feito a partir da experimentação e da referenciação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa e a identidade são processos que estão muito ligados. A metodologia utilizada nesse trabalho das histórias de vida, que está dentro da História Oral, dialogou muito bem com a comunicação. As entrevistas jornalísticas foram os suportes para contar as histórias dos LGBTs negros que geralmente não tem muito espaço na mídia. E quando tem, como trata Oliveira (2017) é sempre de uma posição de violência ou busca por direitos, quando a intenção deste trabalho foi de construir olhares que vá além das estatísticas e que busquem humanizar esses indivíduos.

Por meio da teoria e prática experimental, foi possível corroborar a importância de um olhar interseccional da sociedade, e principalmente da comunicação, e de como algumas “marcações” sociais podem colocar certos indivíduos ou grupos em determinadas posições sociais e lugares de vulnerabilidade. A intenção nunca é separar os indivíduos, mas entender como esses arranjos formam diferenças que não podem ser negadas ou esquecidas.

As entrevistas jornalísticas e as histórias de vidas dos entrevistados reforçaram a importância dos pesquisadores e jornalistas mergulharem na vida cotidiana das pessoas para entender como elas constroem suas identidade, subjetividades a partir de referências de gênero, raça e sexualidade, para a partir daí construir uma noção de sociedade que valorize a pluralidade do sujeito e não coloque certos grupos ou indivíduos à margem.

Os entrevistados evidenciaram o panorama de preconceito, invisibilidade e resistência das pessoas LGBTs negras no país, que foram colocadas em um lugar de exclusão social. Glaucia Tavares, uma das entrevistadas, chegou a abordar como o racismo impede que pessoas negras possam viver sua sexualidade: “É uma cobrança muito grande em relação a pessoas negras de manter uma sexualidade mais heteronormativa para ser mais aceito na sociedade. Existem menos possibilidade de ser para nós”.

Esse tema atravessa diversas áreas acadêmicas – identidade, comunicação, antropologia – sendo impossível que essa pesquisa consiga englobar toda essa interseccionalidade acadêmica se encerre por aqui, tornando obrigatório que se torne o início de uma produção intelectual mais profunda e ampla.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. **Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras**. Revista Gênero, v. 9, n. 1, 2012.

ARAÚJO, Maria Clara. **Mulher trans negra e o feminismo**. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/05/22/mulher-trans-negra-e-feminismo/>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. Revista Periódicus, v. 1, n. 5, p. 87-100, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: Tradução: Sérgio Milliet. Sérgio Milliet. Rio de, 2009.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. Arquipelago Editorial Ltda, 2008.

BULCÃO, Luis. **Sebastião Salgado explica o planeta em branco e preto que traz ao Rio**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/05/sebastiao-salgado-explica-o-planeta-em-branco-e-preto-que-traz-ao-rio.html>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. *Geledés*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Sociedade e Estado*. v.31,n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: <<https://google.fl.RmjB7R>>. Acesso em: 05 de maio de 2018

CRENSHAW, Kimberlé W. **“Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”**. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167. 1989.

\_\_\_\_\_. **“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”**. *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188. Sendai, Tohoku University Press. 2010.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, v. 11, n. 2, 2012.

DE MELO, Cristina, T. V. **O documentário como gênero audiovisual**. Comun. Inf., v. 5, n. 1/2. p.25-40. UFG. 2002.

DE MELO, Isabela. **Mulheres na história da fotografia documental: Zanele Muholi**. Disponível em: <<http://deliriumnerd.com/2017/07/25/fotografia-zanele-muholi/>>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

DORRIT, Harazin. **A cor de Gordon Parks – Parte I**. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/colunistas/a-cor-de-gordon-parks/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

FACCHINI, Regina. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro*. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler**. Revista Criação & Crítica, n. 20, p. 40-55, 2018.

FOTOCENTRO. **Fotografia Preto e Branco – História, Técnicas e Dicas**. Disponível em: <<https://fotocentro.com.br/fotografia-preto-e-branco-historia-tecnicas-e-dicas/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade : narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2017. Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/>>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

GREEN, James N. **“Mais amor e mais tesão”**: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. cadernos pagu, n. 15, p. 271-295, 2000.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Eu quero meu direito como bissexual”**: a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, III, Campinas, 2012.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Tradução e comentários de Renata. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>. Acesso em: 07 de maio de 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

OLIVEIRA, Gláucia da Silva Destro de. **Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT**. Cadernos Pagu, n. 34, p. 373-381, 2010.

PINHO, Osmundo. A guerra dos mundos homossexuais. **Resistência e contra-hegemonias de raça e gênero**. Homossexualidade. Produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro, p. 127-135, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10. 1992.

PURVIS, Dan. **Understanding Different Types of Multimedia Content**. Disponível em: <<https://www.commsaxis.com/understanding-multimedia-content-types/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. **História oral: a voz do passado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992.

VANNI, Felipe. **A comunicação eficaz da Era Smartphone**. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/artigos/video-a-comunicacao-eficaz-da-era-smartphone,123975.jhtml>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

VIANA, Isabella. **A dupla negação do afeto: negritude, bissexualidade e desumanização**. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/a-dupla-negacao-do-afeto-negritude-bissexualidade-e-desumanizacao>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

WERNECK, Jurema. **Algumas considerações sobre racismo, sexismo e a tecno-eugenia**.

Disponível em: <[http://www.criola.org.br/artigos/artigo\\_racismo\\_sexismo.pdf](http://www.criola.org.br/artigos/artigo_racismo_sexismo.pdf)>. Acesso em:  
10 de maio de 2018.